DISCUSSÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA ESCOLA: ENCONTRO DA PESQUISA E EXTENSÃO COMO POSSIBILIDADE DE PENSAR O AGIR COLETIVO NA COMUNIDADE

DISCUSSION ABOUT HUMAN RIGHTS AT SCHOOL: MEETING OF RESEARCH AND EXTENSION AS A POSSIBILITY TO THINK THE COLLECTIVE ACTION IN THE COMMUNITY

Vitória Brito Santos
Universidade Feevale
Novo Hamburgo, RS, Brasil
vita.saochico@gmail.com

Janaina Waslawick Muller
Universidade Feevale
Novo Hamburgo, RS, Brasil
janainaw@feevale.br

Sarai Patricia Schmidt
Universidade Feevale
Novo Hamburgo, RS, Brasil
saraischmidt@feevale.br

Resumo. O artigo trata da parceria entre a universidade e o ensino público, a partir da integração de um projeto de extensão universitária e de um grupo de pesquisa, ambos de uma Universidade do Estado do Rio Grande do Sul, com foco em uma atividade desenvolvida com professores/as da rede pública de ensino. O objetivo do artigo é promover uma discussão que vai além da teoria, considerando as vivências dos sujeitos, de modo a pensar os Direitos Humanos não somente enquanto diretrizes, mas também como ideias que fomentam ações que se manifestam no cotidiano da comunidade escolar. Em termos teórico-metodológicos, o artigo traz uma reflexão pautada na noção de Direitos Humanos, bem como parte de uma análise que toma como base os estudos de Zygmunt Bauman (2005, 2008, 2011, 2013) sobre identidade, o que leva a compreender a importância do debate sobre o Outro, os modos de sociabilidade e a noção de comunicação/mídia na escola. O território escolar tem uma função primordial na sociedade como espaço para o fortalecimento das identidades múltiplas e plurais da infância, e é na escola que temos a oportunidade de potencializar o debate sobre Direitos Humanos a partir das particularidades de cada sujeito e seu entorno.

Palavras-chave: direitos humanos; identidade; pesquisa e extensão; zygmunt bauman; criança na mídia.

Abstract. The article talks about the partnership among University and public teaching, parting from the integration of a university extension project and a research group, both from a University in the state of Rio Grande do Sul, focusing on an activity developed with teachers of the public teaching network. The objective of the text is to promote a discussion that goes beyond the theory, considering the livings of the subjects, in a way to think the Human Rights not only as guidance, but also as ideas that nurture actions and manifest itself in the daily lives of the schooling community. In theoretical-methodological terms, the article brings a reflection based on the notion of Human Rights, also as a part of an analysis that took as principle the studies of Zygmunt Bauman (2005, 2008, 2011, 2013) about the identity, what leads to understand the importance of the debate about the Other, the manners of sociability and the notion of communication/media at school. The school territory has a primordial function at society as a space to strengthen the multiple and plural identities of the childhood, and it is at school that we have the opportunity to potentialize the debate about Human Rights parting from the particularities of each subject and their environment.

Keywords: human rights; identity; research and extension; zygmunt bauman; children in media.

INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda a parceria entre universidade e ensino público, a partir da integração de um projeto de extensão universitária e de um grupo de pesquisa, ambos da mesma instituição. Cabe refletirmos aqui, incialmente, o papel que a Universidade ocupa frente às escolas e o processo de formação social. Partimos então da noção de que a tríade "pesquisa, ensino e extensão" é uma das fomas de colocarmos em ação esse compromisso da Universidade como espaço de construção/auxílio de uma lógica educacional/escolar, já que "o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão constitui-se em paradigma de uma universidade socialmente referenciada e expressão da expectativa de construção de um projeto democrático de sociedade". (Mazzilli, 2011, p. 218). Deste modo, como forma de ampliar as reflexões e debates acerca dos Direitos Humanos, destaca-se a exposição fotográfica "*Criança na Mídia: Tempos de Discriminação e Direitos Humanos*", que, contando com a participação de estudantes das redes municipal, estadual e privada, trouxe nas fotografias das crianças os 30 artigos que compõem a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Esclarece-se que a integração entre as frentes (extensão e pesquisa) ocorreu de modo continuado.

Neste estudo, o foco é a aproximação desenvolvida pontualmente com duas escolas municipais de Ensino Fundamental de um município no Rio Grande do Sul.

Cabe lembrar aqui que a Organização das Nações Unidas (ONU) cria, em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), considerada como o marco do movimento contemporâneo pelos direitos da sociedade civil e um grande passo no pós-guerra. John Peters Humphrey, jurista canadense, na época diretor dos Direitos Humanos da ONU, é quem dá origem ao texto base da *Carta Magna da Humanidade*, dividida em 30 artigos. O documento traz sete considerações iniciais: o reconhecimento à dignidade; o direito à liberdade; as aplicações legais para proteção do ser humano; as relações amistosas entre as nações; o valor do ser humano e a igualdade entre homens e mulheres; o comprometimento dos Estados em promover o respeito universal aos direitos; e o comprometimento com a compressão desses direitos. (ONU, 1948).

O objetivo do artigo é trazer uma discussão que vai além da teoria, considerando as vivências dos sujeitos, de modo a pensar os Direitos Humanos não somente enquanto diretrizes, mas também como ideias que fomentam ações e se manifestam no cotidiano da comunidade e da escola. Na particularização do amplo debate que envolve os Direitos Humanos, salientaram-se as relações entre infância, mídia e espaço escolar, voltando-se para discussões sobre o agir público e o agir coletivo, e também sobre como essas reflexões se apresentam no espaço social.

> Todas as transformações que estão ocorrendo devem levar a refletir sobre o papel das universidades no mundo contemporâneo para que não se perca, através da distorção de valores que está ocorrendo na pós-modernidade, uma das mais interessantes formas de adquirir conhecimento: a universidade da pesquisa. (Sieutjes, 1999, p. 100).

Para tanto, pensou-se no grupo de professores/as das escolas citadas, viabilizando-se o espaço para que os sujeitos apresentassem suas perspectivas sobre pensar os Direitos Humanos no território escolar. Nisso, encontra-se a justificava da atividade, trazendo, primeiramente, a relevância da integração entre pesquisa acadêmica e extensão universitária. O grupo de pesquisa, composto por estudantes de graduação e pós-graduação, no diálogo com o projeto de extensão, reunindo professores e acadêmicos de Comunicação, segue a orientação de desconstruir a noção do saber acadêmico como um ambiente fechado e confinado, de modo a articular as pesquisas com a comunidade. Com o projeto de extensão, consolida-se um caminho de ampliação e participação da universidade na comunidade escolar, dirigindo-se à área da Comunicação, em vista de sua proximidade com a democratização e a cidadania. Com a participação dessas frentes, o ensino acadêmico, a escola e a comunidade agregam-se como parte de uma mesma estrutura, que permanece em constante transformação.

Para a análise do material a ser trabalhado no presente artigo, percebem-se as articulações entre a noção de identidade e os possíveis conflitos que se manifestam em torno da ideia de individual e coletivo, aproximando-se de uma construção entrelaçada com os Direitos Humanos. Nessa abordagem, destacam-se os argumentos de Zygmunt Bauman (2005, 2008, 2011, 2013) no que se refere ao processo contínuo de construção identitária e às questões advindas das incertezas que rodeiam as relações humanas e as dinâmicas sociais. Dessa forma, o artigo busca contribuir no sentido de pensar os vínculos entre Direitos Humanos, infância e escola de modo prático, realçando as falas dos sujeitos e suas vivências do cotidiano.

CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA

Com o objetivo de atender a esse diálogo entre universidade e escola pública, foram propostas atividades a serem trabalhadas em conjunto com as escolas em diferentes momentos, o que culminou em uma devolutiva, associada ao debate envolvendo a participação do corpo docente das escolas. Inicialmente, sugeriu-se a leitura do texto da jornalista Eliane Brum intitulado *Exaustos-e-correndo-e-dopados*, seguida pela organização e envio de um formulário para preenchimento de dados e respostas de perguntas que, por sua vez, nortearam a elaboração da devolutiva e posterior debate. Algumas respostas foram destacadas do conjunto de réplicas, de maneira a dinamizar o debate, sendo lidas pelos membros do grupo de pesquisa e do projeto de extensão. A partir disso, impulsionaram-se as perspectivas de associação entre as reflexões dos professores e os Direitos Humanos, que potencializaram o debate sobre a relação público e privado, individual e coletivo, na comunidade escolar.

No presente texto, objetiva-se entender e refletir como se deu o diálogo sobre Direitos Humanos entre professores/as partícipes da atividade desenvolvida e a relação estabelecida com os materiais disponibilizados para tal atividade. Cabe salientar que a análise empregada no item de discussão deste artigo

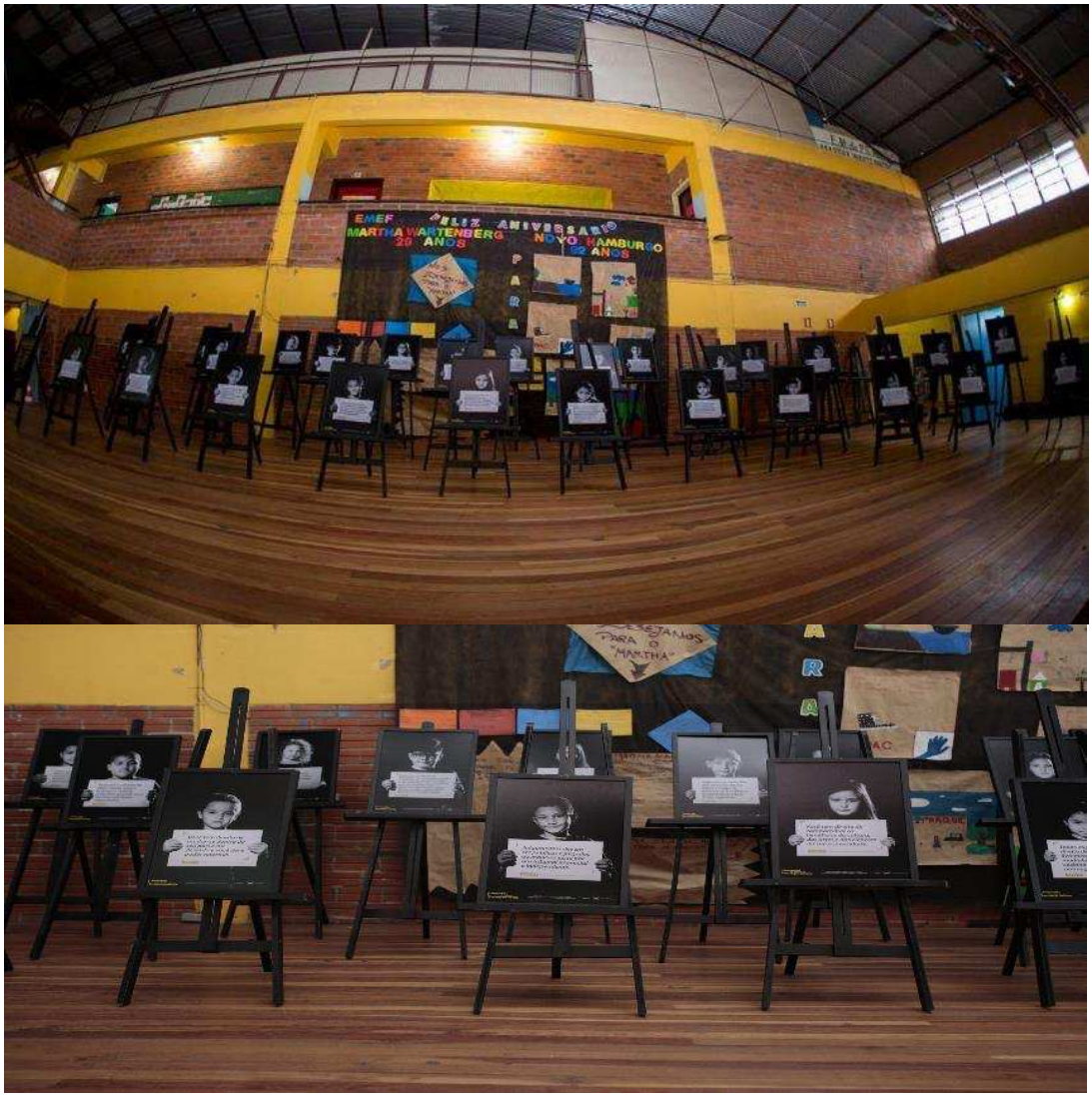
acontece no entrelaçamento das discussões propostas pelas noções de identidade, direitos humanos e sociedade.

Uma das escolas municipais integrantes da pesquisa recebeu a exposição fotográfica *Criança na Mídia: Tempos de Discriminação e Direitos Humanos*, produzida pelo grupo de pesquisa para o *V Seminário Criança na Mídia: Tempos de Discriminação e Direitos Humanos*, realizado em 2018. O evento buscou celebrar os 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e teve como premissa convidar a sociedade a pensar que "falar de Direitos Humanos também é falar de infância". Nos retratos, cada estudante segura um dos artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1958).



Figura 1: Quadros da exposição *Criança na Mídia: Tempos de Discriminação e Direitos Humanos*
Fonte: Grupo de Pesquisa (2018).

Após o Seminário (ocorrido no dia 17/10/18), a exposição começou a circular pelos municípios da região. Por meio da parceria com o projeto de extensão, a exposição ocupou o palco da quadra de esportes da escola no dia 28 de abril de 2019 e esteve aberta à visitação da comunidade entre os dias 29 de abril e 10 de maio. A outra escola, participante do projeto de extensão em 2019, fica nas proximidades da escola onde a ezposição esteve alocada, sendo ambas no mesmo bairro. Dessa forma, o corpo docente e estudantes da escola vizinha foram convidados para visitar a exposição.



Figuras 2 e 3: Registros fotográficos na Escola
Fonte: Grupo de Pesquisa (2019).

Paralelamente à visitação, foi realizada uma segunda atividade como etapa do eixo *Reflexão e Valorização da Comunidade Escolar* do projeto de extensão. O texto da jornalista Eliane Brum, publicado no jornal *El País* em 4 de julho de 2016, foi enviado ao corpo docente das duas escolas (cerca de 80 pessoas), com o intuito de sensibilizar o grupo de professores/as a pensarem sobre a relação entre Direitos Humanos e comunidade escolar. O texto foi enviado juntamente com um formulário *Google* contendo quatro perguntas que promoviam um entrelaçamento entre o texto, a exposição e as noções de direitos humanos.

A seguir, apresentamos um resumo do texto de introdução do formulário, descrevendo as etapas iniciais da atividade, que consistia em uma saudação a professores e professoras, seguida de uma reflexão sobre a realidade de "desconexão e da fragilidade do agir coletivo", o que levou o Projeto de Extensão a procurar estratégias que promovessem o exercício de cidadania e o impacto social. O eixo denominado de "Reflexão e Valorização da Comunidade Escolar" visou a mobilizar o corpo docente das escolas em 2019. Como primeiro movimento de aproximação e mobilização do corpo docente, foram organizadas três ações: 1) Ler o texto; 2) Visitar a exposição; 3) Responder o formulário.

As respostas obtidas a partir do formulário foram tabuladas, e, em um segundo momento, foi realizado um encontro com o grupo de professores/as a fim de oportunizar uma "devolução" da proposta e ampliação do diálogo entre extensão e pesquisa. Neste texto, são privilegiadas as discussões que surgiram a partir da reunião com o corpo docente das escolas.

Os quadros da exposição foram impressos em folha A4 e espalhados aleatoriamente no chão da sala da reunião. A equipe solicitou que cada professor/a ali presente escolhesse o artigo dos Direitos Humanos

(a partir dos quadros da exposição) que considerasse mais relevante. Na sequência, foi iniciada a projeção da exposição, e, conforme o aparecimento de cada artigo, a pessoa que o tivesse escolhido justificava a escolha e dizia por que o considerava importante.

Debatemos sobre a importância dos Direitos Humanos para a escola e a vida em comunidade, bem como sobre a relação que a DUDH tem com a infância. Lembramos ainda que, no texto base da DUDH, é citada a proteção social integral da criança e que, no Artigo 25, consta a primeira declaração de proteção à infância em nível mundial. No ano seguinte à criação da ONU, um órgão específico para a proteção da infância é criado. Nasce, assim, em 11 de dezembro de 1946, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), com o objetivo de proteger e promover os direitos das crianças.

Depois desse momento de debate, foram compartilhadas algumas atividades desenvolvidas por professores/as de ambas as escolas, tendo como temas a exposição fotográfica e a forma como havia perpassado a ação pedagógica. Na figura a seguir, temos o exemplo de uma atividade realizada com uma turma do sexto ano, quando os estudantes foram instigados a fazer uma releitura da exposição. Cada adolescente recebeu o desafio de redigir um novo direito humano e fazer um desenho.

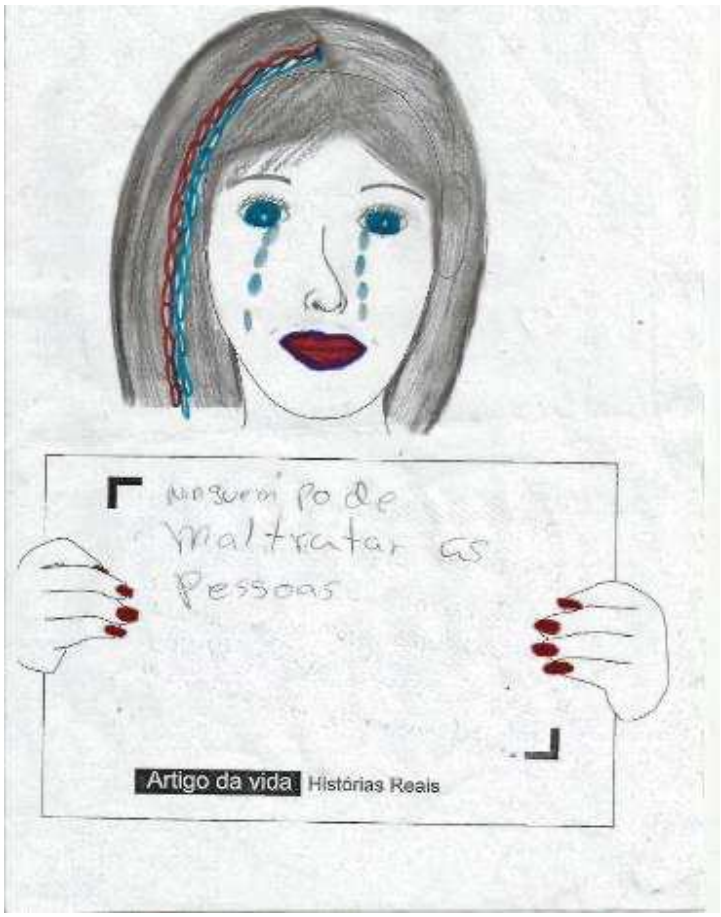


Figura 4: Exemplo de uma das atividades realizadas pelas escolas
Fonte: Elaborado pela aluna da escola participante do Projeto (2019).

O processo de construção de identidade é atravessado por tensões, conflitos e constantes transformações, dado que, pensando em estudos contemporâneos, se verifica que a ideia da identidade, enquanto uma estrutura rígida colocada para o sujeito, que é incapaz de exercer mudanças, está em desconstrução. Zygmunt Bauman (2005) defende o argumento de que a identidade é processual – uma descoberta constituída por peças plurais de um quebra-cabeça que, construído e reconstruído, com reposicionamentos e peças que se perdem ou se fragmentam, não possui uma imagem finalizada.

Vinculando-se a essa perspectiva, tem-se o texto *Exaustos-e-correndo-e-dopados*, discutido pelos/as professores/as das duas escolas públicas anteriormente descritas. Nessa publicação, a jornalista Eliane Brum trata, essencialmente, da condição humana contemporânea, a chamada "sociedade do desempenho" (BRUM, 2016). Sob o peso da demasia tecnológica, de demandas ininterruptas, da pressa e da exigência de

que o corpo permaneça disposto ao trabalho, independentemente das condições físicas e psíquicas, os sujeitos embarcam em uma repetição mecânica dos atos. Com a tecnologia, ocorre uma conexão contínua e virtual que, à primeira vista, faz parecer que nunca se está sozinho; entretanto, paralelamente, vive-se uma fase solitária, na qual inúmeras pessoas se afastam de si mesmas e dos demais – na conexão, está a desconexão. E, diante da rotina que consome todos os horários e vontades, o sujeito embarca em uma esteira mecânica de construção, onde é equipado com peças que, em tese, deveriam melhorar seu desempenho, mas que se tornam grilhões e o impedem de desligar-se das exigências contemporâneas.

A partir das discussões do texto de Brum (2016), em sua reflexão acerca da condição humana, chega-se à abordagem da identidade do sujeito e da identidade do coletivo. Nesse caso, o indivíduo acaba consumido pelas ferramentas que ele pensava dominar e sente-se fragmentar e absorver pelas demandas da sociedade. Como não é possível obter o desempenho perfeito e contínuo, entra-se em um ciclo pela busca de tal perfeição, o que impele o sujeito a deixar de olhar para si e para os outros, voltando seu olhar apenas para as expectativas e normas que orientam uma espécie de molde ideal de existência: o profissional exemplar, o cidadão exemplar, o professor exemplar, o aluno exemplar. É uma perspectiva que enuvia a multiplicidade identitária e, portanto, as possibilidades plurais que cercam o ser humano.

ANÁLISES: A ESCOLA COMO TERRITÓRIO DA CIDADANIA

Com o objetivo de trazer a discussão para o ambiente escolar a partir da experiência dos/as professores/as das duas escolas e suas considerações, tanto sobre a rotina na escola, quanto sobre seus significados na comunidade, foram apresentadas perguntas sobre o texto e a exposição. A proposta foi viabilizar que os/as docentes pudessem colocar seus argumentos enquanto sujeitos inseridos em uma coletividade, pensando a respeito do cotidiano, das demandas sociais, de si mesmos e da sociedade.

A primeira questão apresentada foi a seguinte: "*descreva sua impressão sobre a relação do texto, a exposição e o cotidiano da escola*". Assim, inicialmente, a proposta seria a de entrelaçar a sugestão de leitura e a exposição *Criança na Mídia: Tempos de Discriminação e Direitos Humanos*, de modo a associar a leitura e a arte ao cotidiano prático do ambiente escolar. Algumas das respostas colocadas no formulário salientaram a pressa como marca característica da rotina na escola, com problemas que devem ser resolvidos de forma imediata, impossibilitando maiores discussões e reflexões:

> As coisas acontecem rapidamente, é necessário pensarmos sobre as nossas ações e o que queremos fazer com o nosso futuro e o nosso planeta. **O cotidiano na escola é imediatista, temos que resolver problemas pra [sic] ontem, conseguir lidar com o cansaço e avançar sem mesmo ter tempo de olhar pra [sic] trás e refletir sobre nossas ações**. (2019, grifo nosso).

Também houve observações sobre a presença da tecnologia no cotidiano como algo demasiado, que acaba desconstruindo as imagens que o sujeito tem de si e dos outros, afastando ao invés de aproximar e provocando conflitos entre as noções de privado e público:

> Atualmente houve uma inversão de valores, o privado virou público; há um excesso de exposição de vida privada, onde tudo é comentado, criticado, debatido. Assim como a informação está a um clique, as falsas informações também. Além disto, existe uma preocupação maior em parecer do que em ser. **Estamos em uma era artificial, onde valem mais os amigos virtuais do que os reais, onde se perde maior tempo em frente a um aparelho eletrônico do que convivendo com o próximo, gerando exaustão e solidão.** (2019, grifo nosso).

Percebe-se que certas noções acabam se sobrepondo ao sujeito, à sua vontade e à sua individualidade. Exige-se do profissional determinada conduta, com base no imediatismo. Mais do que reflexão, troca e aproximação como meios de pensar um problema ou tarefa, delineando caminhos e possibilidades, exige-se a resolução rápida. A eficiência idealizada é uma faceta da identidade que permeia as expectativas, e, caso o sujeito esteja em desacordo, será julgado. Entretanto, conforme a abordagem desencadeada pelo texto de Brum (2016) e pela sugestão da exposição, observa-se que a desaceleração se faz necessária.

Pensando na exposição, para apreciação das fotografias e leitura dos artigos da Declaração, torna-se preciso andar lentamente, vagar por entre os quadros, absorver as imagens articuladas às palavras. Principalmente, instiga-se a percepção de que os Direitos Humanos estão ligados ao cotidiano, aos atos individuais e coletivos que marcam o dia a dia comum. Afinal, tais diretrizes lidam com o direito ao pertencimento, à privacidade, ao reconhecimento de todos enquanto indivíduos dotados de particularidades e características que lhes são próprias – o que contraria o imediatismo, dado que, na pressa, nos atos

mecânicos, na conexão desconectada, o sujeito se transforma em número, ou ainda, em um corpo que existe apenas para responder aos comandos ditados pela rotina.

De acordo com Bauman (2005), as pessoas transitam entre polos identitários definidos ora pela libertação, ora pela opressão. No que se refere à libertação, tem-se a possibilidade de estruturar-se para além das demandas definidas pela expectativa social. No caso da opressão, está a identidade que é impelida e que traz ao sujeito a obrigação de manter-se adequado às expectativas do grupo social, encarcerando-o em um olhar desumanizador. Nas palavras de Bauman (2005, p.44, grifos do autor), no polo da opressão,

> [...] se abarrotam aqueles que tiveram negado o acesso à escolha da identidade, que não têm o direito de manifestar as suas preferências e que no final se veem oprimidos por identidades aplicadas e impostas *por outros* – identidades de que eles próprios se ressentem, mas não têm permissão de abandonar nem das quais conseguem se livrar. Identidades que estereotipam, humilham, desumanizam, estigmatizam...

Concomitantemente, o sujeito está inserido em uma sociedade que preza pelo consumo – de objetos, de imagem, de relacionamentos, de pessoas – e que trabalha essencialmente com uma suposta satisfação. Ou seja, para estar em acordo com as expectativas, o indivíduo deve manter-se na contínua busca pela satisfação alicerçada na imagem ideal: "[...] a promessa de satisfação só permanece sedutora enquanto o desejo continua insatisfeito; mais importante ainda, quando o cliente não está 'plenamente satisfeito' [...]". (Bauman, 2008, p. 63). Tal satisfação jamais é alcançada, e, desse modo, o sujeito permanece em um estado perpétuo de procura, orientado por um discurso que lhe afirma que jamais parecerá o suficiente. Na busca interminável, encontram-se a solidão e o cansaço.

Entretanto, pensar os Direitos Humanos traz alternativas. Enquanto que, na perspectiva acima, a identidade acaba sobrecarregando o sujeito e é vista como um fardo (Bauman, 2005), existem possibilidades. As diretrizes da Declaração convidam a exercitar outros caminhos, trazendo os direitos que todo ser humano deveria possuir, referentes à liberdade, à igualdade, à privacidade, ao pertencimento, à expressão, ao pensamento. Não são, portanto, diretrizes distantes da realidade, mas palavras que se manifestam no cotidiano e incentivam a reflexão sobre a própria condição humana, viabilizando as tentativas de transpor as distâncias entre o que o indivíduo deve ser e aquilo que ele é (Bauman, 2005).

Pensando-se nas intersecções da escola e da comunidade enquanto um conjunto, a segunda questão sugerida aos/às professores/as foi: *qual o espaço para o agir coletivo na comunidade?* Nisso, trabalham-se as relações entre a identidade individual e a coletiva, e a necessidade de articular ações de modo a integrar os espaços, trazendo o que está além do imediatismo cotidiano. São abordadas atividades que viabilizem ações continuadas e prolongadas, estreitando relacionamentos e conexões, questionando o carecimento de envolvimentos baseados no comprometimento (Bauman, 2005).

Na análise das respostas para essa questão, surgem também apontamentos do agir coletivo sendo desconsiderado por conta dos discursos que incentivam uma conexão puramente midiática – a partir do virtual ou dos meios de comunicação. Exemplifica-se com a seguinte fala: "*Hoje em dia, temos muitas ações onde o discurso é ideal, porém a prática deixa a desejar.* ***Ao mesmo tempo em que você está conectado, interligado em uma rede de pessoas, você está no sofá de sua casa, de certa forma, alienado no seu mundo****."* (2019, grifo nosso).

Nesse sentido, tem-se novamente a busca pelo pertencimento e pela conexão, mas esta se manifesta mediante uma desconexão de si e dos outros. O imediatismo das conexões impele a uma desconsideração de ações que sejam mais aprofundadas, pois, para tanto, seriam necessários o investimento de tempo e o comprometimento com algo que não acontecerá rapidamente, nem trará resultados instantâneos. A alienação referida no comentário pode ser, então, vinculada a uma perda da própria individualidade (Bauman, 2013) e à impossibilidade de enxergar a individualidade do outro. Contudo, em outras respostas, verifica-se um tom diferente: "*a escola é um espaço onde o agir coletivo é incentivado por meio da participação dos alunos em diferentes projetos (esportivos, ecológicos, artísticos...) e pelo* ***incentivo à pesquisa que sai dos muros da escola e abre possibilidades de transformar a comunidade****."* (2019, grifo nosso).

Nesse caso, encontra-se na escola a possibilidade de interligar espaços e trazer outras perspectivas, que se afastam da individualidade artificial e manufaturada colocada pelo imediatismo e pelas expectativas. No incentivo de professores/as e estudantes, bem como na inserção em projetos que instiguem o comprometimento, abre-se espaço para a construção de relações e incentiva-se a ideia de pertencimento aliado à cooperação e à troca. Mais do que exigências e demandas que fatigam tanto professores/as quanto alunos/as, tem-se a preferência pela estruturação de um ambiente que enfatize as potencialidades de cada um, indo além dos muros da escola e articulando-se dentro da comunidade.

Assim, nesta sociedade de consumo, onde tudo e todos podem tornar-se mercadorias e onde a felicidade está associada com a obtenção imediata (Bauman, 2008), há olhares que questionam a estrutura enraizada. Quando é citada a pesquisa que ultrapassa a escola, observa-se o trabalho em torno do ensino que, sem ser dirigido ao cumprimento de expectativas, se volta para o desenvolvimento do sujeito e de uma identidade alinhada ao humano, à integração, ao pensamento e à prática. É o que ocorre com a exposição acerca dos Direitos Humanos, que exercita a pesquisa associada ao compartilhar, ligando a imagem das crianças aos direitos que tocam a existência de todos os cidadãos. Esse é um meio, ainda, de direcionar a discussão sobre a construção da identidade para todos os sujeitos, evidenciando que a criança também se depara com as exigências do imediatismo, encontrando-se em uma perpétua busca por si mesma diante do bombardeamento advindo da condição humana contemporânea.

Nessa perspectiva, destaca-se, por fim, outra resposta, na qual foi afirmado que "*todo o espaço coletivo é um espaço de ação humana [...]"*, isto é, todo espaço traz potencialidades para a intervenção do indivíduo. Nisso, a construção da identidade, embora não possa desvincular-se por completo das exigências contemporâneas, pode, ao menos, tornar-se um processo mais lento e introspectivo, que permita pensar sobre aquilo que se vê e se vive, e que viabilize um compartilhar além do virtual.

Buscando-se uma reflexão a partir da ideia de que temos, enquanto sociedade, estimulado uma corrida pelo sucesso, a terceira pergunta foi: *o que representa para você o espaço da escola para fazer um contraponto à cultura do sucesso e do individualismo apregoada pela mídia?* A ideia de "ser alguém na vida" leva a pensar em um "eu social", e não em um "nós social". Isso faz com que as próprias vivências da infância acabem cada vez mais cedo, seja por uma necessidade, seja por padrões sociais (Bauman, 2011), muitas vezes impostos por uma adultização desses sujeitos, provocada pelos pais ou pela mídia.

Dentre as diferentes respostas, é possível perceber a escola como local seguro e ideal para uma construção social: "*A escola é ou deveria ser o lugar ideal para conservarmos valores culturais indispensáveis para que o indivíduo se torne uma pessoa socialmente melhor e mais feliz"*. Ou seja, ao serem indagados sobre o papel da escola e a cultura do sucesso posta pela mídia, em sua maioria, os comentários foram muito semelhantes:

> A escola é onde se incentiva o trabalho em equipe, a respeitar o outro e as suas ideias, a ser crítico frente ao que nos é apresentado e a pensar no bem-estar coletivo **como forma de levar ao sucesso sem desprezar o próximo**. É lugar de protagonismo para mudar a realidade que a comunidade vive. (2019, grifo nosso)

As respostas focam a ideia de que a escola é, sim, o local onde os alunos terão acesso a informações concretas e reais, onde aprenderão a lidar com elas e com a mídia, conseguindo compreender os papéis sociais e suas pressões. "*A escola, por seu caráter plural e democrático, é ideal justamente para o questionamento (ou mesmo quebra) de paradigmas imaginariamente estabelecidos pelo pensamento coletivo".*

Cabe pensar, neste momento, em *identidade* enquanto construto psicológico e social do sujeito, principalmente se considerarmos a *identidade de resistência*, que versa sobre a construção de resistências coletivas diante de opressões, que é o que temos com a ideia da cultura do sucesso. Os/As professores/as dizem que é na escola que se aprende um caráter democrático, que os alunos/as compreendem suas próprias histórias e seus ideiais e que há uma força "*para desenvolver cidadãos capazes de realizarem mudanças significativas no mundo*".

Dentro das noções de Direitos Humanos, a mídia pode ser compreendida como um elemento principal, pois é por meio dela que atualmente os sujeitos tomam conhecimento das lutas sociais enfrentadas pela população ao redor de todo o mundo. Um dos docentes aborda essa questão.

> Temos mais trabalho, pois temos que ensinar os alunos **que o sucesso é bom e todos gostam, mas não é só isso que importa**. **Que falhar às vezes também é aprendizado** e que normalmente é o que nos impulsiona a amadurecer psicologicamente. (2019, grifo nosso)

O entendimento dos sujeitos sobre as formas pelas quais a mídia se propaga e se alicerça na sociedade é de extrema relevância se estivermos pensando em uma emancipação social dos sujeitos. A mídia tem a possibilidade de contribuir positivamente no processo de tomada de direitos e no entendimento do sujeito como agente de sua própria história. O sujeito contemporâneo compreendeu que tem identidades contraditórias que se deslocam com o decorrer da vivência; desse modo, o sujeito torna-se capaz de coexistir com as demais pessoas da sociedade, sob a compreensão mútua de que cada ser tem o direito de expressar-se livremente e de ser quem quiser. (Bauman, 2005).

A construção da identidade como fator determinante para o sentimento de pertença a uma sociedade vai se dar de forma mais clara em relação à infância justamente pela conquista do direito à educação. Esse empoderamento de sociabilização potencializou a construção de identidades plurais. "Identidade significa aparecer: ser diferente e, por essa diferença singular – e assim a procura pela identidade não pode deixar de dividir e separar". (Bauman, 2005, p. 21). A criança, ao ganhar espaço na sociedade, iniciou seu processo de construção identitária de maneira individual, deixou de ter sua identidade pautada pela sociedade, pôde então construir significados para as ações vivenciadas e torná-las partes constituintes do seu "eu", uma construção de singularidades e particularidades múltiplas e históricas.

A importância de debater isso na escola foi o mote da quarta questão: *descreva a importância, ou não, de promover na escola pública a discussão e formação sobre infância e direitos humanos*. Esta era a última pergunta do formulário, versando justamente sobre esse espaço social que é a escola, e indagava sobre a importância, ou não, de falar sobre esses temas dentro desse território, já que, para pensar a identidade da criança, o principal ponto é situar esse sujeito no contexto desta investigação, pautada pela relação escola, infância e sociedade.

Conforme pudemos observar em uma das respostas, o debate na escola é visto como um "pontapé" inicial para termos sujeitos críticos: "*[...] as crianças e adolescentes precisam saber seus direitos, assim como deveres, isto vai proporcionar incluí-los na sociedade como cidadãos críticos e responsáveis"*. Quando instrumentalizamos as infâncias e damos-lhes condições de acessarem seus direitos e de compreenderem a sociedade que as cercam, estamos auxiliando na construção da sua identidade. Segundo Bauman (2005), a identidade exerce um papel fundamental no mundo; cada sujeito cria a sua própria identidade, não a herda, e passa uma vida redefinindo-a.

> Resistência e resiliência: essas duas palavras são desencadeadoras para não sairmos prejudicados no atual cenário (onde as crianças e jovens estão muito vulneráveis e os direitos humanos sendo desconfigurados). **Repensar, olhar por outro ponto de vista, problematizar e confrontar situações**... Tudo isso provoca um pensamento crítico da comunidade e nos movimenta para um cenário reflexivo sobre a nossa realidade.

A identidade será sempre construída de acordo com a cultura de cada local, que tem suas lógicas internas, diferentes das de outros locais; afinal, é o resultado de uma história particular. (Bauman, 2011). Dentro desse processo de construção identitária em um mundo cada vez mais acelerado, conforme aponta Brum (2016), o tempo para olhar o Outro tem se perdido. A escola ocupa um lugar central no debate sobre a construção de seres mais empáticos, seres que se preocupam e compreendem a importância e a relevância de discutir sobre Direitos Humanos, que entendem a real necessidade de abordá-los dentro da escola como algo fundamental e imediato. *"Extremamente importante a discussão dos direitos humanos.* ***Condição sine qua non para a construção justa de uma sociedade esclarecida e agregadora de toda diversidade existente em uma sociedade***" (2019, grifo nosso).

A noção de Direitos Humanos como conhecemos atualmente, considerada neste texto em paralelo com a construção de uma identidade, foi se estruturando ao longo de séculos de história. Muitos movimentos sociais nasceram da ideia de uma universalização dos direitos para todos os cidadãos do mundo; dentre eles, estão os movimentos que protegem o público infantil e a criação da escola como espaço de sociabilização desse público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como modo de aproximar a finalização do artigo e apontar algumas considerações finais, compartilhamos a proposta que que marcou o encerramento do debate dos/as professores/as na reunião e que sintetizam as refllexões. Foi entregue um conjunto de cartazes com excertos extraídos das respostas que emergiram no questionário, para que fossem espalhados pelas escolas. Cada professor ou professora recebeu uma peça diferente e assumiu o compromisso de fixar em um espaço público na escola ou na comunidade como forma de promover a divulgação.

O Grupo de Pesquisa e a equipe do Projeto de Extensão tinham como proposta, no desenvolvimento dessa ação aqui narrada, além das premissas já citadas anteriormente, proporcionar aos/às professores/as das escolas uma reflexão sobre a concepção e a noção dos Direitos Humanos. Viola (2006) afirma que precisamos sempre nos situar ao falarmos dos Direitos Humanos – qual o nosso lugar de fala, qual o nosso olhar sobre o assunto e qual "luz" colocamos sobre a premissa que identificamos nesses direitos.

> Por se apresentar como fenômeno multifacetado, exige, para sua compreensão, não só repensá-lo no interior de um horizonte histórico, mas que a este horizonte histórico se incorporem as noções de complexidade manifestas na cultura político-social de uma sociedade que produz (e reproduz) a comunidade e a sociedade de direitos. (Viola, 2006, p. 119).

Não há transformações sem conflitos. Os Direitos Humanos não surgem com a DUDH – eles são consolidados por ela. Porém, a história remonta aos princípios culturais e religiosos e a um processo de evolução em busca de uma felicidade universal, que vai firmar-se com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, feita pela França em 1789.

> A dificuldade de apresentar e apreender adequadamente o conceito de direitos humanos se deve ao fato de que se trata de um conceito interdisciplinar, que fica na interseção entre a antropologia, a sociologia, a história, a pedagogia, a economia, a filosofia, a teologia, a política, a psicologia e o direito. (Comparato, 2015, p. 5).

No Brasil, primeiramente, tivemos garantidos os direitos sociais por meio das leis trabalhistas do governo de Getúlio Vargas. Os direitos políticos ganham força ao longo do processo de redemocratização do país, após o período da Ditadura, na década de 80. Logo depois do golpe de 1964, há um movimento militante da esquerda pelos Direitos Humanos, pois a forma como o país estava sendo conduzido feria todos os preceitos definidos pela DUDH, desde a perseguição política e o cerceamento da liberdade de expressão até as torturas praticadas pelo governo. Infelizmente, ainda hoje, no Brasil, os direitos civis não são garantidos efetivamente, sendo extremamente problemáticos, uma vez que "a tortura é moeda corrente nas delegacias e prisões, o acesso à justiça é desigual, a discriminação racial não foi de todo eliminada". (Comparato, 2015, p. 34). Os discursos precisam mudar junto com o período histórico. Precisa haver, portanto, uma revisão das ideologias e das legislações de acordo com cada época. (Segato, 2006). A partir da experiência e relatada nesse artigo podemos afirmar que os grupos sociais – e aqui, em específico, a escola – precisam tomar para si o discurso dos Direitos Humanos. Considerar o ensino desses direitos e a forma como se fazem presentes dentro das escolas é uma maneira de iniciar a mudança na estrutura da sociedade e de mobilizar o agir coletivo na comunidade.

REFERÊNCIAS

Bauman, Z. (2013). *A Cultura no Mundo Líquido Moderno*. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar.

Bauman, Z. (2011). *Bauman sobre Bauman*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Bauman, Z. (2005). *Identidade*. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar.

Bauman, Z. (2008). *Vidas Para Consumo*: A Transformação das Pessoas em Mercadoria. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar.

Comparato, B. K. (2015). *Especialização em Educação em Direitos Humanos*. São Paulo: USP.

Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef/Brasil. (2017). *Nossas prioridades*. UNICEF no Brasil. Brasília, DF. Recuperado de: https://www.unicef.org/brazil/pt/activities.html/ .

Mazzilli, Sueli. (2011). Ensino, pesquisa e extensão: reconfiguração da universidade brasileira em tempos de redemocratização do Estado. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, *27*(2), pp. 205-221.

Organização das Nações Unidas - ONU. (1959). *Declaração Universal dos Direitos das Crianças*. Nova York. Recuperado de: http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/c_a/lex41.htm.

Organização das Nações Unidas – ONU. (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Paris, 10 dez. 1948. Recuperado de: http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf .

Organização das Nações Unidas – ONU. (2017). *Nossas prioridades.* Unicef no Brasil. Brasília, DF. Recuperado de: https://www.unicef.org/brazil/pt/activities.html/.

Segato, R. L. (2006). Antropologia e Direitos Humanos: alteridade e ética no movimento de expansão dos Direitos Universais. *Mana*, *12*(1), pp. 207- 236.

Sieutjes, M. H. S. C. (1999). Refletindo sobre os três pilares de sustentação das universidades: ensino-pesquisa-extensão. *Revista de Administração Pública*, *33*(3), pp. 99-111.

Viola, S. E. A. (2006). Direitos humanos no Brasil: abrindo portas sob neblina. *In*: Rosa Maria Godoy Silveira *et al. Educação em Direitos Humanos*: *fundamentos teórico-metodológicos*. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB.